



IX

Encontro da Sociedade
Brasileira de Economia
Ecológica

Brasília, 4 a 8 de Outubro de 2011

Políticas Públicas e a Perspectiva da Economia Ecológica

IX ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO
Outubro de 2011
Brasília - DF - Brasil

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM TORNO DO LAGO DO ALEIXO

Raimunda Rodrigues de Menezes (Universidade Federal do Amazonas) - raimunhdarm@yahoo.com.br
Estudante do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Conflitos socioambientais em torno do Lago do Aleixo

Seção: F – Temas conceituais: relações entre economia ecológica, sociedade, natureza, conhecimento, poder, instituições e direito.

Subseção: Ecologia social, conflitos socioambientais e sociopolíticos, ética e normas sociais.

Resumo

O estudo discutirá a problemática dos conflitos socioambientais gerados em torno do Lago do Aleixo e as conseqüências sobre o modo de vida das populações locais, contextualizando a trajetória de organização política dessas populações, enquanto estratégia para garantir o acesso e uso dos recursos naturais na Amazônia. Os conflitos no Lago do Aleixo se situam no contexto de construção do Porto das Lajes com a finalidade de possibilitar o atraque de grandes navios de carga no local evitando que estes tenham de percorrer toda a orla de Manaus com produtos destinados ao Pólo Industrial de Manaus (PIM), desafogando o desembarque de mercadorias do Centro da cidade. E comunitários da Colônia Antonio Aleixo e movimentos sociais que são contra a construção do porto nas mediações do Encontro das Águas, do outro lado.

Abstract

The study will discuss the issue of social and environmental conflicts generated around the Lake of Aleixo and the consequences on the livelihood of local populations, contextualizing the history of political organization of those populations as a strategy to ensure access to and use of natural resources in the Amazon. The conflicts in the Lago Aleixo lie in the context of construction of the port of Lajes in order to allow the berthing of large cargo ships in place preventing it from having to navigate around the edge of products for the Manaus Industrial Pole of Manaus (PIM), relieving the landing of goods from the city center. Community and Colony Antonio Aleixo and social movements that are against the construction of the port in the mediation of the Meeting of the Waters, on the other side.

Palavras-chave: conflitos – socioambiental – porto – organização – movimentos sociais.

Keywords: conflicts - social and environmental - port - organization - social movements.

Introdução

O presente estudo discute a problemática dos conflitos socioambientais gerados em torno do Lago do Aleixo e suas conseqüências sobre o modo de vida das populações locais, contextualizando a trajetória de organização política dessas populações, enquanto estratégia para garantir o acesso e uso dos recursos naturais na Amazônia.

Os conflitos em torno do Lago do Aleixo se situam no contexto de construção do Porto das Lajes com a finalidade de possibilitar o atraque de grandes navios de carga no local e assim evitar que estes tenham de percorrer toda a orla de Manaus com produtos destinados ao Pólo Industrial de Manaus (PIM), desafogando o desembarque de mercadorias do Centro

da cidade. E comunitários da Colônia Antonio Aleixo e movimentos sociais que são contra a construção do porto nas mediações do Encontro das Águas, do outro lado.

A Colônia Antônio Aleixo, situada na zona leste de Manaus, foi no passado o lugar de confinamento dos hansenianos e por muito tempo todo o seu pescado vinha do lago do Aleixo, localizado em suas vizinhanças. A Construção do porto de acordo com os Estudos e Relatório Ambiental apresentado fere de morte o Lago do Aleixo, prejudicando a cadeia alimentar comunidades que vivem a margem desse Lago.

Localizado no quilômetro 17 da Alameda Cosme Ferreira, no bairro Colônia Antônio Aleixo, o empreendimento Porto das Lajes tem pelo menos 600 metros quadrados de projeto com valores de investimento na ordem de R\$ 220 milhões. No entanto, entidades afirmam que a obra vai comprometer de modo irreversível a integridade física e biológica do Encontro das Águas – um dos cartões postais da cidade de Manaus. O objetivo do grupo de empresários por trás da obra, segundo informes oficiais, é possibilitar o atraque de grandes navios de carga no local e assim evitar que estes tenham de percorrer toda a orla de Manaus com produtos destinados ao Pólo Industrial de Manaus (PIM), desafogando o desembarque de mercadorias do Centro da cidade.

Nesse sentido, ao discutir a problemática dos conflitos socioambientais gerados em torno do Lago do Aleixo e suas conseqüências sobre o modo de vida das populações locais examinar-se-á os principais elementos divergentes que dão suporte ao conflito.

As mudanças estruturais ocorridas na Amazônia, a partir do final da década de 60, provocaram transformações significativas nas redes de relações e nas formas de organização política das populações tradicionais, frente à lógica instaurada pelo modelo desenvolvimentista do capitalismo industrial. As condições favoráveis da região, enquanto área estratégica para controle geopolítico e depositária de uma biodiversidade e sociodiversidade inestimáveis, provocaram, ou pelo menos contribuíram significativamente, para o deslocamento de capitais para a região. Os modelos de desenvolvimento adotados na região, embora tenham variado desde o processo de colonização, geraram impactos danosos às populações tradicionais da Amazônia, criando sérias dificuldades para a continuidade de seus modelos históricos de adaptação ao ambiente ecológico, priorizaram a ocupação da região, via programas desenvolvimentistas (Grandes Projetos), cujos interesses voltavam-se principalmente para o controle geopolítico.

Os planos desenvolvimentistas, que preconizavam a integração da região aos marcos do capital, trouxeram consigo levas de migrantes, vítimas da expropriação no Nordeste, em busca de terra para garantir a sobrevivência como pequeno produtor. Este processo de

ocupação culminou em conflitos e tensões, principalmente em função da disputa pela posse da terra e do acesso a outros recursos naturais, sobretudo os pesqueiros.

Portanto, pretende-se discutir a problemática dos conflitos socioambientais gerados em torno do Lago do Aleixo e suas conseqüências sobre o modo de vida das populações locais, contextualizando a trajetória de organização política dessas populações, enquanto estratégia para garantir o acesso e uso dos recursos naturais na Amazônia. Para efetuar esta abordagem, no primeiro momento estão sendo discutidas as teorias sobre conflitos socioambientais. Em seguida, será traçado um breve histórico da trajetória dos movimentos socioambientais e das formas de organização das populações tradicionais na Amazônia, suas estratégias político-ecológicas para a gestão dos recursos naturais de uso coletivo.

Os diversos autores com os quais se busca estabelecer diálogo, de certa forma coadunam com a perspectiva das interdependências das relações, embora ultrapassando a idéia do funcionalismo clássico, segundo o qual os eventos sócio-históricos não têm influência sobre as formas de organização dos sujeitos individuais. A abordagem sobre conflitos que será tratada aqui, de maneira alguma pretende esgotar o tema, mas sim trazer elementos que possam contribuir com o debate em pauta.

Em suma, penso que a relevância desta pesquisa dentre outras seja servir como instrumento de reflexão, a partir de um olhar multidisciplinar, dos conflitos socioambientais que ocorrem em torno do Lago do Aleixo, permitindo observar as estruturas de poder e os reais interesses por trás desses conflitos. Identificando os interesses, estratégias, poderes e vulnerabilidades dos diferentes grupos sociais envolvidos para compreensão de sua configuração e trajetória enquanto conflito socioambiental.

Metodologia

A Antropologia tem sido tradicionalmente caracterizada como uma disciplina que procura articular o olhar de fora com o olhar de dentro, para utilizarmos uma expressão vigente na tradição francesa; ou, como uma disciplina que privilegia o ponto de vista nativo, para acionar agora a expressão corrente no mundo anglo-saxão; ou ainda como aquela que leva a sério o ponto de vista do ator, como diria Weber. De fato, a Antropologia compartilha com a Sociologia o interesse no estudo da organização social, das estruturas sociais e das práticas sociais vigentes na sociedade estudada, mas procura dar uma ênfase maior que esta última na apreensão do ponto de vista interno, do nativo, ou do ator.

A antropologia também tem sido identificada com outras duas orientações que se somam a esta. Uma delas é a preocupação em articular o local com o universal. Isto é, o

trabalho do antropólogo está marcado pelo foco em situações sociais empíricas concretas, e bem delimitadas geograficamente, mas por meio das quais são discutidas questões de maior abrangência, em sintonia com aspectos universais da vida social. Da mesma forma, o trabalho do antropólogo também tem sido caracterizado pela ênfase no estudo de minorias sociais no âmbito de sociedades nacionais.

Outra marca forte da Antropologia é a prática do trabalho de campo. Isto significa que o antropólogo vive durante um período de tempo com a comunidade ou sociedade estudada e esta experiência tem grande impacto na sua percepção. Tal quadro realça a importância daquela dimensão de dialogia, e por meio da qual o antropólogo precisa estabelecer uma conexão com a visão do grupo estudado ou com o ponto de vista nativo, produzindo assim uma fusão de horizontes, para conseguir dar sentido ao que está sendo observado. Se este esforço de conexão também é importante para o sociólogo, no caso do antropólogo ele é vivido como um problema existencial, em vista das contingências do trabalho de campo, o qual impõe uma experiência de convivência cotidiana com a comunidade.

A metodologia científica que será utilizada na realização desta pesquisa será a antropologia interpretativa, também conhecida como hermenêutica. Em certos âmbitos da antropologia interpretativa é inquestionável, por exemplo, a influência da teoria crítica da Escola de Frankfurt, da filosofia de Nietzsche, da semiótica de Charles Sanders Peirce e do romantismo alemão, principalmente Willian Dilthey e Max Weber, através de seu método compreensivo.

Na antropologia interpretativa, cabe ao pesquisador/a não mais a busca de leis universais para o gênero humano, mas sim a interpretação das culturas existentes, a sua compreensibilidade pelo/a antropólogo/a através de sua tradução. Portanto, o critério de cientificidade deve residir na estruturação lógica da pesquisa, na compreensão do fenômeno estudado e não mais em uma neutralidade e objetividade absolutas do conhecimento.

Utilizar-se-á também o método compreensivo de Max Weber (1986), que consiste num esforço interpretativo do passado e de tal repercussão nas características peculiares da sociedade contemporânea. Essa atitude de compreensão é que permite ao cientista atribuir aos fatos esparsos um sentido social e histórico.

A tarefa do cientista consiste em descobrir os possíveis sentidos das ações humanas presentes na realidade social que lhe interesse estudar. O sentido, por um lado, é expressão da motivação individual, formulado expressamente pelo agente ou implícito em sua conduta. O caráter social da ação individual, segundo Weber, da interdependência dos indivíduos. A ação social gera efeitos sobre a realidade em que ocorre.

Weber distingue a ação da relação social. Para que se estabeleça uma relação social, é preciso que o sentido seja compartilhado. Por exemplo, uma pessoa que busca informações a outro estabelece uma ação social: ele tem um motivo e age em relação a outro indivíduo, mas tal motivo não é compartilhado. Num movimento social, onde o objetivo da ação dos vários sujeitos é compartilhado, existe uma relação social. Pela frequência com que certas ações sociais se manifestam, o antropólogo/a pode conceber as tendências gerais que levam os indivíduos, em dada sociedade, a agir de determinado modo.

Como procedimento metodológico aplicar-se-á a pesquisa qualitativa, pois pretende-se trabalhar com *o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes* (MINAYO, 1994, p.15). Ou seja, uma abordagem que buscará descrever e analisar a realidade dos atores sociais envolvidos no conflito em torno do Lago do Aleixo. Buscando uma visão holística, pois a vida social é vista como envolvendo uma série de eventos interconectados, os quais devem ser levados em consideração durante a pesquisa.

A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. Como nos ensina Goldenberg:

O reconhecimento da especificidade das ciências sociais conduz à elaboração de um método que permita o tratamento da subjetividade e da singularidade dos fenômenos sociais. Com estes pressupostos, básicos, a representatividade dos dados na pesquisa qualitativa em ciências sociais está relacionada à sua capacidade de possibilitar a compreensão do significado e a 'descrição densa' dos fenômenos estudados em seus contextos e não à sua expressividade numérica. [GOLDENBERG, p. 50, 1997].

Com a etnografia se buscará identificar os aspectos mais gerais da vida dos atores sociais envolvidos no conflito. Serão aparências do cotidiano que poderão fazer compreender os aspectos subjetivos, foco dessa pesquisa, que será tratada a partir das entrevistas tendo sempre presente o cuidado com a guarda da integridade moral e física dos/as entrevistados/as.

A pesquisa é um labor artesanal que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com ritmo próprio e particular. A esse ritmo, Minayo denomina de ciclo de pesquisa, um processo de trabalho em espiral que começa com um problema e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações.

O processo começa com a *fase exploratória da pesquisa*, tempo que será dedicado a interrogações preliminares sobre o objeto, os pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada e as questões operacionais para levar adiante o trabalho de campo. Tem como foco principal a construção do projeto de investigação.

Em seguida será estabelecido o *trabalho de campo* que consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento. Essa etapa combina entrevistas, observações, levantamentos de material documental, bibliográfico, instrumental etc. Realizar-se-á um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação e refutação de hipóteses de teorias.

Além dos caminhos da investigação propostos e os recursos didáticos para sua realização, inclui-se igualmente a descrição contexto em que está localizado o Lago do Aleixo e seu cotidiano, visando, sobretudo, a elaboração de um texto etnográfico no sentido definido por Clifford Geertz:

[...] praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa” (1978: 15).

Para que este trabalho seja realizado adequadamente será feito uso, desde o início da pesquisa, de modo intenso, dos diários de campo – o que nos permitirá fazer os registros corriqueiros mais *inusitados*.

A última etapa consiste na *análise dos dados e comparação do discurso*. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, portanto não haverá tratamento estatístico dos dados, será elaborado um tratamento do material recolhido no campo, subdividindo-se no seu interior: ordenação, classificação e análise propriamente dita. O tratamento do material nos conduz à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição.

Resultados parciais

No âmbito das Ciências Sociais, o debate teórico acerca dos conflitos ficou até recentemente reduzido a dois conjuntos de contribuições oriundas majoritariamente dos campos da Sociologia e da Economia Política (Barbanti Jr., 2006). Lipset (*apud* Barbanti Jr., 2006), identifica esses campos como sendo os das escolas de conflito e de consenso. O primeiro reuniria um conjunto de autores de formação predominantemente marxista e neo-marxista, como Althusser e Gramsci, além do próprio Karl Marx (1818-1883). O segundo campo seria o das escolas funcionalistas e de teorias de sistemas, com suas raízes em nomes como Durkheim e Talcott Parsons.

Para os autores marxistas, a fonte dos conflitos encontra-se nas relações socioeconômicas, nas lutas de classes, que necessariamente confrontam-se e com isso provocam a mudança do sistema capitalista. A perspectiva funcionalista relaciona a existência dos conflitos à natureza humana, e sustenta que é possível “resolver” conflitos por meio da mudança nessas relações (Barbanti Jr., 2006).

A delimitação teórica do que consiste um conflito socioambiental é um ponto fundamental para o avanço na pesquisa neste campo de conhecimento, haja vista que este assunto caracteriza-se por uma grande diversidade de definições (LITTLE, 2001; LIBISZEWSKI, 1992; ACSELRAD, 2004). A seguir são examinadas algumas das principais definições consagradas. Libiszewski (1992) é categórico em estabelecer a seguinte definição para os conflitos socioambientais: “*conflito causado pela escassez de um recurso, ou seja: causado por uma distúrbio em sua normal taxa de regeneração devido a ação humana*” (tradução livre de LIBISZEWSKI, 1992, p. 6).

Para este autor, os conflitos socioambientais têm como característica comum o fato de serem induzidos pela escassez de um recurso natural renovável, causada, a sua vez, pela ação do homem. Portanto, efeitos sociais adversos como diminuição da produção agrícola, migração populacional, decadência econômica, enfraquecimento das instituições e relações sociais, etc. só se configurariam em conflitos socioambientais quando partem de um desequilíbrio ambiental originado de uma atividade antrópica. Nesta concepção, não se pode assumir que todas as disputas que envolvam recursos naturais sejam conflitos socioambientais. É necessário que estas tenham uma raiz social e ambiental.

Outra perspectiva que vê na escassez dos recursos naturais a origem dos conflitos socioambientais é a da segurança ambiental (HOMER-DIXON, 1999 apud TURNER, 2004). De acordo com esta visão, as condições de estresse ambiental e de competição por recursos naturais escassos podem inclusive provocar conflitos armados (KLARE, 2001 apud MCNEELY, 2003; RENNER, 2002 apud MCNEELY, 2003). Já Turner (2004) não associa necessariamente escassez ambiental aos conflitos socioambientais, apesar de entender que estes se associam à disputas pelo acesso aos recursos naturais e daquelas que resultam do uso dos recursos naturais.

A definição de Ruiz (2005 apud JONG *et al.*, 2006) para conflito sociambiental é mais ampla e envolve seus aspectos imateriais, sendo este entendido como uma incompatibilidade de interesses sobre o uso do mesmo território ou recursos naturais entre pelo menos dois indivíduos ou grupos interdependentes. Na disputa, as partes envolvidas, ao perseguir

estratégias para o alcance de seus objetivos, podem procurar atrapalhar as atividades de seus “adversários” (JONG *et al.*, 2006).

De forma similar a Ruiz e Turner, mas de forma ainda mais abrangente, Little (2001) e Nascimento (2001) compreendem que os conflitos socioambientais ocorrem tanto no plano material como no plano simbólico, encontrando-se estes dois fortemente entrelaçados (LITTLE, 2001; NASCIMENTO, 2001). Little (2001) define conflito socioambiental como disputas entre grupos de atores sociais que possuem distintas formas de se relacionar e interagir com o meio natural. Além disso, os diversos atores sociais envolvidos no conflito possuem acessos distintos ao poder político e econômico assim como diferentes estratégias, identidades, ideologias e interesses econômicos e ambientais. Para este autor, os conflitos socioambientais podem ser classificados em três principais tipologias a depender se as disputas ocorrem em torno i) do controle sobre os recursos naturais, ii) dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural e iii) do uso dos conhecimentos ambientais.

De forma análoga a Little (2001), Acelrad (2004) estabelece que os conflitos socioambientais são aqueles que envolvem grupos sociais com modos distintos de apropriação, uso e significação do meio ambiente. Estes se materializam quando as práticas de um grupo social ameaçam a continuidade das formas de apropriação do meio por outros grupos. Esta definição reconhece que nos conflitos ambientais não se disputam apenas práticas com impactos materiais no meio ambiente, mas também significados e representações do meio ambiente vinculadas a um determinado projeto de sociedade (BLANCO e MENDES, 2006).

Segundo Turner (2004), um importante campo do conhecimento para a análise dos conflitos socioambientais é a ecologia política. Esta permite desvelar as estruturas de poder e os reais interesses por trás desses conflitos. A análise dos conflitos através da identificação dos interesses, estratégias, poderes e vulnerabilidades dos diferentes grupos sociais envolvidos, é crucial para a compreensão de sua configuração e sua possível trajetória (TURNER, 2004; JONG *et al.*, 2006).

Considerações parciais

Segundo Hannigan (1995), autores como Fuks (1996;1997) e Guivant (1998[a]; 1998[b]) descrevem a constituição de problemas ambientais através de um processo de construção pública que envolve disputas técnicas e políticas. Há um processo conflituoso em meio ao qual certas questões, antes entendidas com base em categorias “econômicas”,

“sociais” ou “políticas”, ganham novo significado nas arenas públicas. Assim se constrói uma percepção social de algumas dimensões da experiência coletiva como “ambientais”. Nós próprios chamamos a atenção para a construção pública de categorias como “impacto ambiental” e “risco ambiental” (Costa, Alonso e Tomioka, 2000).

Este é um aspecto importante da questão, mas se confina, digamos, à sua dimensão fenomenológica. Essa estratégia teórico-metodológica restringe o objeto de estudo a discursos. Embora tecnicamente impecável, não permite analisar as dimensões práticas dos conflitos. Tal dimensão não é empiricamente irrelevante, como já argumentamos. Acreditamos que cabe, sim, analisar a disputa valorativa em meio à qual os agentes constroem problemas como ambientais, conforme aconselha a perspectiva construcionista; entretanto, esta é apenas uma faceta dos conflitos ambientais. Outras dimensões do fenômeno são cruciais para a sua compreensão.

Uma abordagem simultânea da dimensão cultural e política e dos condicionamentos estruturais dos conflitos ambientais implica uma sociologia do conflito ambiental. Para formular nossa abordagem, recorreremos ao modelo de análise da política contenciosa (Tarrow, 1994; Tilly, 1978) ou da chamada Escola do Processo Político.

A própria definição do objeto como “conflito” supõe considerar a interação entre diversos grupos de agentes. Essa interação pode ser cooperativa, com a formação de alianças entre agentes; geralmente, no entanto, ela é conflituosa. As disputas ocorrem em torno do controle de bens e recursos ou do poder de gerar e impor certas definições da realidade. Isto é, os conflitos se estruturam simultaneamente em torno de interesses e de valores. O próprio processo conflituoso constitui os agentes, possibilitando a formação de novas identidades, inexistentes quando do início do processo. Chegamos ao fulcro desse modelo de análise: o fator crucial é o tempo. Os conflitos têm história; não é possível compreendê-los considerando apenas a configuração presente da ação coletiva. A produção de alianças, adesão a valores, criação/redefinição de identidades, não é estática; é processual.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD (org.). Conflitos ambientais no Brasil, 2004. p.13-36.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD (org.). Conflitos ambientais no Brasil, 2004. p.13-36.

BARBANTI JR, O. conflitos socioambientais: teorias e práticas. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006. Tese de Doutorado.

BLANCO, D.N. e MENDES, J.M. Aproximaciones al análisis de los conflictos ambientales en la Patagonia: reflexiones de historia reciente 1980-2005. *Ambiente e Sociedade* 9 (2), p.47-69, 2006.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978.

GOLDENBERG, Mirian. *A Arte de Pesquisar*. Rio de Janeiro, Record, 1997.

JONG, W., RUIZ, S.; BECKER, M. Conflicts and communal forest management in northern Bolivia. *Forest Policy and Economics* 8 (4), p. 447-457, 2006.

LIBISZEWSKI, S. What is an environmental conflict? Zurich: Center for Security Studies, 1992. 14 p.

LITTLE, P.E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (Org). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MCNEELY, J.A. Conserving forest biodiversity in times of violent conflict. *Oryx*, 37(2), p. 142–152, 2003.

MINAYO. Maria Cecília de Souza (organizadora). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes. Petrópolis: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, E.P. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: Bursztyn (Org). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NASCIMENTO, F. R. (Coord.). *A crise da lavoura cacauera: sua natureza e soluções (uma análise das possibilidades do cacau)*. Brasília: IPEA, 1994. 227p. (Estudos de Política Agrícola. Documentos de Trabalho, 26).

TURNER, M.D. Political ecology and the moral dimensions of “resource conflicts”: the case of farmer–herder conflicts in the Sahel. *Political Geography*, 23, p. 863–889, 2004.

WEBER, Max. “A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais”. In: COHN, G. (org.). *Weber*. 3ª ed.; São Paulo: Ática, 1986.